



Eunício anuncia agenda para o desenvolvimento do país

Presidente do Senado informou que na terça-feira apresentará aos líderes partidários um conjunto de projetos para o microcrédito e a segurança pública

O presidente do Senado, Eunício Oliveira, apresentou o resultado do Grupo de Trabalho de Reformas Microeconômicas e prometeu pautar as sugestões. “É uma agenda positiva legislativa para o bem do Brasil”, afirmou. O grupo de trabalho funcionou na Comissão de Assuntos Econômicos. Eunício foi elogiado por vários senadores, que consideraram importante votar as propostas. “Podemos encerrar o ano legislativo com uma agenda proativa que vai significar um marco de contribuição para que o país se libere dessas amarras”, afirmou Armando Monteiro, que coordenou o grupo de trabalho. **3**

nício foi elogiado por vários senadores, que consideraram importante votar as propostas. “Podemos encerrar o ano legislativo com uma agenda proativa que vai significar um marco de contribuição para que o país se libere dessas amarras”, afirmou Armando Monteiro, que coordenou o grupo de trabalho. **3**



Marcos Oliveira/Agência Senado

O presidente da Casa, Eunício Oliveira, apresenta resultados do grupo de trabalho, entre Cidinho Santos (E) e Ciro Nogueira

Vai a Plenário acesso de mulher a cargos da Marinha

O projeto que libera às mulheres o acesso a todos os cargos de oficiais da Marinha brasileira segue com pedido de urgência para o Plenário. O texto foi relatado por Jorge Viana e aprovado ontem na Comissão de Relações Exteriores. Pela proposta, as mulheres poderão ser admitidas nas atividades operativas, podendo integrar o corpo da Armada e o de Fuzileiros Navais, até então restritos a homens. **4**



Genaldino Magalhães/Agência Senado

Jorge Viana, relator da proposta, e Fernando Collor, presidente da comissão

Estado de bem-estar social está ameaçado, dizem debatedores

O Estado brasileiro está sob ameaça por conta do liberalismo do atual governo, acreditam senadores e ex-senadores que participaram ontem de sessão temática no

Plenário. A sessão foi requerida por Roberto Requião para debater a soberania nacional, o governo de Michel Temer e a importância do Estado de bem-estar social. **2**



Jefferson Ruy/Agência Senado

Ex-senador Saturnino Braga discursa durante sessão presidida por Requião

Brasileiro deve ficar isento de visto para Dubai **3**

Comissão quer esclarecer morte de ativista sueca **4**

Reserva ambiental privada terá data comemorativa **3**

Wanderley Junior



Senadores Elber Batalha (E) e Fátima Bezerra participam de debate em Aracaju

Maior contribuição da União ao Fundeb será proposta por Fátima

Fátima Bezerra, que preside a Comissão de Desenvolvimento Regional, anunciou ontem que vai propor o aumento da contribuição do governo federal ao Fundo do Desenvol-

vimento da Educação Básica (Fundeb). Durante debate em Aracaju sobre seu impacto nas economias regionais, a senadora defendeu tornar o Fundeb permanente. **4**

Jovens senadores votam sugestões em Plenário

Três sugestões de projeto de lei apresentadas pelos participantes do Projeto Jovem Senador 2017 serão votadas por eles hoje, às 14h, durante sessão plenária. As sugestões tratam da

criação do Portal da Transparência da Saúde, de punição para quem divulgar notícias falsas na internet e da criação de monitoria escolar remunerada no ensino médio. **4**



Genaldino Magalhães/Agência Senado

As jovens senadoras Maria Eduarda Oliveira, Elienaira dos Reis e Letícia Ramalho tiram selfie em intervalo de debate

Senadores e ex-senadores defendem Estado social

Em sessão temática requerida por Roberto Requião, os participantes debateram medidas do atual governo, como a reforma trabalhista, que estariam, segundo eles, destruindo o Estado de bem-estar social

PARA SENADORES E ex-senadores, o Estado brasileiro está sob ameaça por conta do liberalismo do atual governo. Eles se reuniram ontem em sessão temática no Plenário para debater a soberania nacional, o governo de Michel Temer e a importância de um Estado de bem-estar social.

A sessão foi requerida por Roberto Requião (PMDB-PR), presidente da Frente Parlamentar Mista em Defesa da Soberania Nacional, com base em sugestão da ex-senadora Ideli Salvatti. Ele afirmou que o Estado de bem-estar social pode acabar por causa de um governo que abraçou o liberalismo, que ele definiu como “um zumbi que está agonizando na Europa e pediu asilo no Brasil”.

Segundo ele, a prática liberal está levando o Brasil a retrocessos, como a reforma trabalhista. Ele afirmou, no entanto, que os brasileiros não vão aceitar isso.

— Espero muito pouco deste Congresso Nacional, dominado pelo fisiologismo, que só mudaria por uma grande manifestação do povo — afirmou Requião, pedindo adesão à greve geral na terça-feira.

De acordo com Jorge Viana



Ideli Salvatti discursa na tribuna em sessão presidida por Requião (2º à dir.)

(PT-AC), o país vive um momento de desmonte do Estado. Ele lamentou o silêncio das ruas e da sociedade civil.

Ideli Salvatti disse que a soberania nacional significa não temer a luta pelos direitos do povo. Na visão da ex-senadora Emília Fernandes, as políticas liberais colaboram hoje com a xenofobia e a exclusão de temas progressistas no Legislativo.

A ex-senadora Fátima Cleide lamentou os planos de privatização e o congelamento de gastos por 20 anos, que são contra os interesses populares, segundo ela. Para o ex-senador José Nery, o impeachment de Dilma Rousseff abriu caminho para políticas liberais que terminam por comprometer os

direitos da classe trabalhadora. O ex-senador Saturnino Braga disse que, historicamente, todas as vezes que o Brasil tentou implantar o desenvolvimento social ocorreram intervenções influenciadas pelo interesse estrangeiro.

Os senadores Paulo Paim (PT-RS) e Regina Sousa (PT-PI) e os ex-senadores Ana Júlia Carepa, João Pedro, Maguito Vilela e Donizeti Nogueira também participaram. Os ex-senadores Renato Casagrande, Inácio Arruda, Benedita da Silva, Eduardo Suplicy, Aloizio Mercadante e José Paulo Bisol enviaram vídeos de apoio à sessão, encerrada com trecho do discurso de despedida de Pedro Simon no Senado.

Senado apresenta projeto para vítimas de violência

O Senado participou da 7ª edição do Fórum Mulheres em Destaque, encerrado ontem em São Paulo. O evento é o maior encontro de líderes em busca da igualdade de gênero e conta com a cooperação da ONU Mulheres e do movimento HeforShe. O propósito é apresentar os processos que as corporações precisam adotar para implementar e consolidar programas voltados à equidade de gênero, além de discutir estudos e casos de sucesso.

A diretora-geral do Senado, Ilana Trombka, participou do painel Sororidade — mulheres apoiam mulheres, no

qual apresentou o Programa de Assistência a Mulheres em Situação de Vulnerabilidade, que destina parte das vagas de contratos de terceirização da Casa a mulheres vítimas de violência doméstica.

Ao afirmar que o modelo do Senado já é referência, reproduzido no Ministério Público do Distrito Federal e na Câmara Legislativa do Distrito Federal, Ilana defendeu que as instituições públicas sirvam de exemplo na questão de gênero.

— A nossa iniciativa já passou pela análise da Advocacia, do TCU. Ou seja, não há nada que impeça nenhum órgão, nem as

organizações do setor privado regulados pela Lei 8.666, de implantar cotas assim.

Não há só mulheres envolvidas nas discussões. Homens são considerados agentes de transformação nesse processo de troca de experiências para a elaboração de ações concretas.

O diretor da Secretaria de Gestão de Pessoas, Paulo Meira, reforçou a importância de ações afirmativas para a promoção da equidade:

— Devemos trabalhar em igualdade de oportunidades, valorizando o talento e as potencialidades de servidores e servidoras.

Jorge Viana critica cortes nas áreas de ciência e tecnologia

Jorge Viana (PT-AC) alertou para as consequências do corte orçamentário nas áreas de ciência e tecnologia. Os setores, disse o senador, chegaram a ter R\$ 9,2 bilhões em 2013 e têm reservados apenas R\$ 2,7 bilhões para 2018.

De acordo com ele, as consequências serão graves e poderão implicar, por exemplo, a interrupção das operações da usina nuclear na cidade de Angra dos Reis (RJ).

— Não se pode passar uma régua única para todos os gastos públicos. Nós temos que melhorar os gastos. Há gastos que têm que ser cortados em 100%, mas há outros que precisamos que aumentem em 30% — assinalou o senador.

Medeiros anuncia verbas para curso de medicina da UFMT

José Medeiros (Pode-MT) anunciou ontem a resposta positiva do Ministério da Educação em relação à liberação de verbas para a continuidade do curso de medicina no campus Rondonópolis da Universidade Federal de Mato Grosso. Ele relatou que a primeira turma do curso, agora no quarto semestre, estava com estudos interrompidos por falta de professores.

O ministério, segundo o senador, se comprometeu a providenciar os recursos para a continuação do curso.

— Agora é esperar. Tínhamos prometido uma reunião com o ministro, mas não foi nem necessário — acrescentou.



Waldemar Bonetto/Agência Senado

Requião: reforma retrocede direitos trabalhistas a 1917

Roberto Requião (PMDB-PR) lamentou ontem que, exatamente no ano em que se comemora o centenário de uma das mais importantes greves de trabalhadores do Brasil, o governo, com apoio do Congresso Nacional, tenha aprovado a reforma trabalhista.

O senador comparou a situação com a greve de 1917, que teve a adesão de mais de 70% dos trabalhadores brasileiros e foi a mais reprimida e sangrenta das greves realizadas no país, com cerca de 200 operários assassinados, centenas de feridos e presos e milhares de pessoas demitidas.

Sérgio de Castro parabeniza Colégio Pedro II pelos 180 anos

Sérgio de Castro (PDT-ES) saudou ontem os 180 anos de fundação do Colégio Pedro II, tradicional escola pública federal do Rio de Janeiro.

O senador citou estudantes ilustres, como o ator Mário Lago e o sanitarista Oswaldo Cruz, e os professores Manuel Bandeira e Heitor Villa-Lobos.

— Estudei no internato e pude comprovar os ideais de sua fundação: formar a elite do país, mas dando oportunidade aos jovens de origem humilde, desde que esforçados e com excelente desempenho escolar.



Marcos Oliveira/Agência Senado

Reportagem da Rádio Senado celebra os 70 anos do músico Egberto Gismonti

A Rádio Senado transmite hoje a reportagem especial “Egberto Gismonti — 70 anos vividos para a música”, de Marina Domingos e Pedro Henrique Costa. A reportagem apresenta os depoimentos de especialistas, de familiares e do próprio Gismonti sobre sua

vida e sua obra. Com 70 discos gravados, Egberto Gismonti disse que não pensa em parar de compor e tocar.

Reportagem Especial
• hoje, às 18h
• reprises amanhã, às 10h, e domingo, às 17h

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Eunício Oliveira
Primeiro-vice-presidente: Cássio Cunha Lima
Segundo-vice-presidente: João Alberto Souza
Primeiro-secretário: José Pimentel
Segundo-secretário: Gladson Cameli
Terceiro-secretário: Antonio Carlos Valadares
Quarto-secretário: Zeze Perrella
Suplentes de secretário: Eduardo Amorim, Sérgio Petecão, Davi Alcolumbre e Cidinho Santos

Secretário-geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira
Diretora-geral: Ilana Trombka

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora: Angela Brandão
Coordenadora-geral: Ana Lucia Romero Novelli
Diretora de Jornalismo: Ester Monteiro

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Flávio Faria
Coordenador-geral: Silvio Burle
Coordenação de Cobertura: Paola Lima
Serviço de Reportagem: Sheyla Assunção
Serviço de Fotografia: Leonardo Sá
Serviço de Arte: Bruno Bazílio

Jornal do Senado

Editor-chefe: Marcio Maturana
Edição e revisão: Cintia Sasse, Fernanda Vidigal, Joseana Paganine, Juliana Steck, Maurício Müller, Pedro Pincer, Ricardo Westin, Tatiana Beltrão e Thâmara Brasil
Diagramação: Beto Alvim, Claudio Portella e Ronaldo Alves
Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino
Arte: Cássio S. Costa e Diego Jimenez
Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria de Comunicação Social e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso em papel reciclado pela Secretaria de Editoração e Publicações (Segraf)

Senado terá agenda positiva para o país, afirma Eunício

O presidente da Casa prometeu apresentar as propostas aos líderes partidários na terça-feira, quando os senadores poderão fazer sugestões. Pauta será focada na microeconomia e na segurança pública

O SENADO VAI adotar uma agenda positiva para ajudar o desenvolvimento do Brasil. Serão votados projetos das áreas de microeconomia e segurança pública. O anúncio foi feito ontem pelo presidente da Casa, Eunício Oliveira, ao apresentar o resultado do Grupo de Trabalho de Reformas Microeconômicas, que funcionou na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

— É uma agenda positiva legislativa para o bem do Brasil. Servirá para desburocratizar, para permitir que as pessoas que queiram ter o próprio negócio ou evoluir do ponto de vista de empreendedorismo e negócios tenham facilidade para instalar sua empresa, gerar emprego e renda e facilitar a vida do contribuinte brasileiro.

De acordo com Eunício, a agenda positiva será apresentada aos líderes partidários na terça-feira e os senadores poderão sugerir mudanças aos projetos propostos pelo grupo de trabalho, coordenado por Armando Monteiro (PTB-PE).



Eunício anuncia que vai pautar projetos para o desenvolvimento

— Vamos fazer um debate amplo, geral e irrestrito, sem coloração partidária, sem apego a matérias do Executivo. São projetos de origem no Senado e na Câmara.

Elogios

Armando elogiou Eunício por dar uma resposta muito rápida ao trabalho do grupo e disse que as propostas são uma contribuição efetiva.

— Estamos considerando projetos que já tramitam no Congresso e que podem ser rapidamente aprovados e podem dar resposta rápida

à melhoria do ambiente de negócios.

Eunício e Armando destacaram a sugestão de um projeto de resolução para que a Casa Civil preste contas ao Senado, pois a “agenda microeconômica é fragmentada, multifacetada e, portanto, demanda coordenação intragovernamental”, explicou Armando.

— Podemos encerrar o ano legislativo com uma definição de agenda proativa que vai significar um marco de contribuição para que o país se libere dessas amarras e tenha um ambiente mais favorável às empresas — disse Armando.

Sérgio de Castro (PDT-ES) e Pedro Chaves (PSC-MS) também saudaram a iniciativa.

— Aquele documento contempla todos os pontos nevrálgicos que aumentam o custo Brasil e prejudicam a produtividade — afirmou Castro.

Simone Tebet (PMDB-MS), Cristovam Buarque (PPS-DF) e Paulo Paim (PT-RS) também parabenizaram Eunício pela agenda positiva.

Plenário aprova isenção de visto para Emirados Árabes

O Plenário do Senado aprovou ontem texto de acordo feito pelo governo brasileiro com os Emirados Árabes Unidos para permitir a isenção de visto aos cidadãos dos dois países (PDS 215/2017).

Também foram votados na sessão cinco pactos feitos pelo Brasil com outras nações. Os documentos são aprovados por meio de decretos legislativos, como prevê a Constituição.

Com os árabes, a intenção é permitir a entrada, a saída e o trânsito de pessoas pelos

territórios sem visto, para fins de negócios e turismo, por até 90 dias a cada período de 12 meses. Os Emirados Árabes abrigam importantes polos comerciais e turísticos, como Dubai e Abu Dhabi, a capital.

Outro acordo aprovado permite a cooperação técnica nas áreas de ciência, tecnologia e inovação com a Etiópia (PDS 213/2017).

Entre os mecanismos de integração a serem adotados, estão atividades de treinamento e o desenvolvimento de projetos de pesquisa e intercâmbio de cientistas.

Outros acordos votados pelo Plenário

PDS 188/2017

Aprova Acordo de Revisão do Convênio de Seguridade Social firmado com a Espanha. O texto permite que trabalhadores que contribuíram para os sistemas de seguridade dos dois países somem os períodos de contribuição para atingir o tempo mínimo à obtenção de aposentadorias e outros benefícios.

PDS 211/2017

Aprova texto de convenção entre Brasil e África do Sul para evitar a dupla tributação e prevenir a evasão fiscal em relação ao imposto sobre a renda.

PDS 212/2017

Aprova acordo com o Sri Lanka sobre o exercício de atividade remunerada por parte de dependentes do pessoal diplomático, consular, militar, administrativo e técnico. O acordo estende aos dependentes de servidores das missões diplomáticas e repartições consulares a oportunidade de trabalhar no exterior.

PDS 210/2017

Promove a adesão do Brasil aos textos da Convenção sobre Trabalho Decente para as Trabalhadoras e os Trabalhadores Domésticos.

Projeto que cria Centro Cultural da Justiça Eleitoral vai à sanção

O Senado aprovou ontem proposta que cria e regulamenta o funcionamento do Centro Cultural da Justiça Eleitoral no município do Rio de Janeiro. O centro já foi instalado, por meio de resolução do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), mas é necessária a regularização via projeto de lei para seu funcionamento pleno. O texto (PLC 142/2017) vai à sanção.

Vinculado ao TSE, o centro visa desenvolver, sem fins lucrativos, programas, exposições e atividades educativas e culturais de interesse da Justiça Eleitoral e de promoção da cidadania. Também busca identificar e preservar os bens materiais e imateriais do patrimônio histórico e cultural da Justiça Eleitoral. O relator da proposta foi Edison Lobão (PMDB-MA).

Ex-consultor da Odebrecht diz que delações foram construídas

O ex-consultor do grupo Odebrecht Rodrigo Tacla Duran falou ontem à CPI mista da JBS sobre as delações premiadas feitas por executivos da Odebrecht à Operação Lava Jato, da Polícia Federal. Ele denunciou um sistema de construção de delações premiadas e a adulteração do sistema de registro de propina da empresa.

Por videoconferência, Duran disse que os documentos apresentados neste ano pela Odebrecht são forjados, pois o sistema usado pela empresa foi desativado em 2016.

— Estou me referindo aos

documentos a que eu tive acesso. Esses extratos são falsos e já foram periciados. Os extratos aportados demonstram que o sistema foi manipulado antes, durante e depois do bloqueio. As provas, no meu entender, são viciadas.

Duran confirmou ao deputado Paulo Pimenta (PT-RS) que a empresa alugou um hotel em Brasília para hospedar 77 executivos e construir uma versão de delação. Pimenta disse que esses executivos vão receber salários por 15 anos por aderir ao plano de delações.

Aprovada data para comemorar reservas ambientais particulares

A data de 31 de janeiro foi escolhida pelo Congresso para marcar o Dia Nacional das Reservas Particulares do Patrimônio Natural. A iniciativa está prevista em projeto aprovado ontem no Plenário do Senado. O PLC 64/2015 segue agora para sanção presidencial.

A intenção da proposta é chamar a atenção da sociedade para o reconhecimento

desse instrumento de proteção ambiental em áreas de propriedade privada.

A Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN) é uma unidade de conservação criada pelo proprietário da área, e não pelo poder público. De acordo com o Instituto Chico Mendes, o Brasil possui atualmente 664 RPPNs, que ocupam 516,4 mil hectares.

Para Paim, reforma da Previdência é desnecessária

Com a aproximação da greve nacional contra a reforma da Previdência, que acontecerá na terça-feira, o senador Paulo Paim (PT-RS) voltou a criticar as mudanças encaminhadas pelo Executivo ao Congresso Nacional.

De acordo com ele, a CPI da Previdência demonstrou que, “se botar em dia as contas dos que devem, não precisa fazer a reforma”.

— É só este Senado parar de dar anistia aos devedores.



Jefferson Rudy/Agência Senado

Simone quer aprovar textos sobre segurança

Simone Tebet (PMDB-MS) defendeu ontem a aprovação de projetos que contenham o “avanço desenfreado da violência”.

A senadora citou três projetos que aguardam votação na CCJ: a PEC 118/2011, que impede o contingenciamento dos fundos de prevenção à violência, o PLS 167/2017, que disciplina o uso de drones pelos órgãos de segurança, e o PLS 285/2016, que autoriza a doação de armas apreendidas para as forças de segurança.



Marcos Oliveira/Agência Senado

Terra Roxa, no PR, vira Capital Nacional da Moda Bebê

Referência nacional como polo de produção de vestuário infantil, o município paranaense de Terra Roxa deve receber o título de Capital Nacional da Moda Bebê. O Projeto de Lei da Câmara (PLC) 79/2014, que confere o título à cidade, foi aprovado ontem pelo Plenário do Senado e segue para sanção presidencial.

Vanessa: é perverso dar isenção fiscal a petrolíferas

A aprovação do texto-base da MP 795/2017, que cria um regime especial de importação de bens a serem usados na exploração de petróleo e gás natural, foi lamentada ontem por Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM). A medida foi aprovada pelos deputados por 208 votos, mas falta votar os destaques.

Para a senadora, a iniciativa é perversa e beneficia empresas estrangeiras com isenções fiscais, dando um prejuízo de R\$ 16 bilhões ao país.



Marcos Oliveira/Agência Senado

Mulher poderá ocupar mais cargos da Marinha

Projeto que libera às mulheres o acesso a todos os cargos de oficiais da Marinha foi aprovado na Comissão de Relações Exteriores e vai a Plenário

A COMISSÃO DE Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) aprovou ontem um projeto que libera às mulheres o acesso a todos os cargos de oficiais da Marinha brasileira. A proposta (PLC 147/2017) é da Presidência da República e segue com pedido de urgência para o Plenário. O relator foi Jorge Viana (PT-AC).

Pelo texto, as mulheres poderão ser admitidas nas



Vanessa Grazziotin, Ana Amélia e ex-senador Inácio Arruda acompanham fala de Jorge Viana, relator do projeto

atividades operativas, podendo integrar o corpo da Armada e o de Fuzileiros Navais, até então restritos ao sexo masculino.

Para a procuradora especial da Mulher no Senado, Vanessa

Grazziotin (PCdoB-AM), “é mais um passo que a sociedade brasileira dá na busca da superação de preconceitos sexistas, que segregam por princípio atividades que seriam

consideradas masculinas ou femininas”.

— É uma emoção muito grande poder dar meu voto favorável, lembrando que a Marinha é a única das Forças

que tem uma mulher oficial general. Refiro-me à contra-almirante Dalva Mendes.

A proposta exclui a vantagem que os militares têm sobre os civis ao prestarem concursos para os cursos de formação de oficiais da Marinha. Desse modo, o militar deverá ser demitido ou desligado e reintegrado à Marinha em condições iguais às do aluno civil. O projeto ainda acaba com a transferência obrigatória do pessoal auxiliar no quadro de Armada e Fuzileiros para o quadro técnico. Eles poderão seguir na carreira até o posto de capitão de mar e guerra, que é o mais alto.

Adesão do Brasil a tratado para acabar com comércio ilegal de cigarros vai a Plenário

A Comissão de Relações Exteriores (CRE) aprovou ontem a adesão do Brasil ao Protocolo para Eliminar o Comércio Ilícito de Produtos de Tabaco, um tratado internacional celebrado na Coreia do Sul em 2012 (PDS 214/2017). O projeto seguiu para o Plenário.

O país que adere ao protocolo assume o compromisso de adotar medidas para eliminar todas as formas de comércio

ilícito de produtos de tabaco, como o contrabando de cigarros.

O relatório é de Antonio Anastasia (PSDB-MG) e foi lido na comissão por Ana Amélia (PP-RS). Entre outros pontos, o parecer destaca que o comércio ilícito de tabaco é prejudicial para a economia e a segurança pública, uma vez que parte dele envolve o crime organizado dentro e fora do país.

Comissão quer esclarecer morte na Amazônia de ambientalista sueca ligada ao Greenpeace

Em busca de detalhamento sobre as circunstâncias e a finalidade das atividades conduzidas pelo Greenpeace na Amazônia que resultaram na morte da ambientalista sueca Carolina Nyberg-Steiser no dia 17 de outubro, o presidente da Comissão de Relações Exteriores (CRE), Fernando Collor (PTC-AL), informou que pedirá esclarecimentos a órgãos do governo federal

e à embaixada da Suécia.

Carolina morreu em consequência da queda de uma aeronave do Greenpeace no arquipélago de Anavilhanas (AM).

Os novos pedidos se deram porque, em resposta a um requerimento de Ana Amélia (PP-RS), o ministro do Meio Ambiente, Sarney Filho, sugeriu que ela pesquisasse a que tipo de atividades a ambientalista estava ligada.

Comitê ouve TCU e responsáveis por obras irregulares

O Comitê de Obras Irregulares da Comissão Mista de Orçamento (CMO) colocou frente a frente os técnicos do Tribunal de Contas da União (TCU) responsáveis pelos relatórios que apontam indícios de irregularidades e os representantes dos órgãos e empresas públicas avaliadas.

O presidente da empresa Desenvolvimento Rodoviário de São Paulo (Dersa), Laurence Casagrande Lourenço, disse que as diferenças de preços nas obras do Rodoanel Norte, apontadas como indícios de irregularidade pelo TCU, ocorreram porque o empreendimento seguiu normas

do Banco Interamericano Desenvolvimento (BID), e não da legislação brasileira.

O coordenador do Comitê de Obras Irregulares, Hélio José (Pros-DF), não ficou convencido com a explicação.

— O que ocorre aqui tem de respeitar a Constituição brasileira e a legislação vigente em nosso país. O resultado desta audiência pública, com o relatório que a gente vai fazer, é que vai nortear o prosseguimento ou não da obra.

Também participaram da reunião representantes de ministérios, da Petrobras, da Eletronuclear, da Valec, da Fiocruz e da Hemobrás.

Dário Berger marca votação de relatórios setoriais para segunda

O presidente da CMO, senador Dário Berger (PMDB-SC), apelou aos parlamentares para que compareçam à reunião de segunda-feira, quando devem ser votados os relatórios setoriais do Projeto da Lei Orçamentária Anual (PLOA) de 2018. Só com a votação dos setoriais é possível fechar o relatório-geral sobre o Orçamento.



Jefferson Ruy/Agência Senado

Fátima: Fundeb deve receber mais recurso da União e ser permanente

A presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional (CDR), Fátima Bezerra (PT-RN), disse que vai propor o aumento da contribuição do governo federal ao Fundo de Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb). A senadora participou ontem de debate em Aracaju sobre a importância do fundo para o desenvolvimento regional.

Fátima é relatora, na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), da PEC 24/2017, da senadora Lídice da Mata (PSB-BA), que propõe tornar o fundo permanente. Sem a

PEC, o fundo perderá a vigência em 2020:

— Não podemos mais aceitar que o governo entre apenas com 10% dos recursos que compõem o Fundeb — disse Fátima, que quer aumentar a participação do governo para 50%.

O senador Elber Batalha (PSB-SE), que assumiu o mandato nesta semana no lugar de Antonio Carlos Valadares, licenciado, disse que enquanto estiver no Senado atuará na defesa dos direitos dos professores e pelo fortalecimento do Fundeb.

Participantes do Jovem Senador votam hoje suas sugestões de projeto de lei

As três sugestões de lei apresentadas pelos 27 estudantes que participam do Projeto Jovem Senador 2017 serão votadas por eles em sessão plenária hoje, às 14h. As sugestões tratam da criação do Portal da Transparência da Saúde, de punição para quem divulgar notícias falsas na internet e da criação de monitoria escolar remunerada em instituições públicas de ensino médio.

Os estudantes trabalharam divididos em três comissões. Cada uma teve a responsabilidade de apresentar um projeto e de revisar um texto proposto por outra comissão.

À Comissão Cecília Meireles coube a tarefa de elaborar o parecer sobre o projeto que propõe a criação do Portal da Transparência da Saúde, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), sugerido pela Comissão Nísia Floresta.

Segundo Ana Letícia Fialho, representante do Piauí, analisar a proposição de outra comissão foi uma tarefa complexa.

— Propusemos mudanças, como não disponibilizar todo o histórico do paciente para todas as pessoas. Sugerimos que só o médico tivesse acesso a esse histórico — explicou.

A Comissão Sobral Pinto elaborou o parecer sobre a proposta que prevê ação judicial contra a divulgação de conteúdos falsos ou ofensivos em páginas da internet, proposto pela Comissão Nísia Floresta. Maria Eduarda de Oliveira, da Paraíba, disse que está confiante quanto à aprovação.

— Minha expectativa é a melhor possível. Torço para que os projetos sejam aprovados.

A terceira proposta incentiva a realização de monitorias remuneradas nas escolas públicas de ensino médio. Elienaira dos Reis, de Minas

Gerai, elogiou a ideia, vinda da Comissão Cecília Meireles:

— Sem dúvida, é uma excelente proposta.

Caso sejam aprovadas, as propostas serão encaminhadas

para a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH). Se forem acolhidas pelos senadores, poderão tramitar como projetos de lei do Senado.



Jovens senadores se dividiram em 3 comissões para apresentar propostas